A TRAJETÓRIA DA POLÍTICA EXTERNA E DIPLOMACIA DO BRASIL NA PRIMEIRA DÉCADA INTERNACIONAL DE AFRODESCENDENTES (2015-2024)

DOI: 10.61623/cpe.v12n18.a03
Artigo Premiado no Prêmio Mônica de Menezes Campos
ISSN: 2359-5280 | e-ISSN: 2447-228X

Jéser Abílio de Souza[1]

Resumo

Este artigo problematiza como a política externa brasileira respondeu ou não aos compromissos assumidos na Primeira Década Internacional de Afrodescendentes (2015-2024) promulgada pelas Nações Unidas. O objetivo é compreender a postura institucional e diplomática do país durante esse período, com atenção especial a sua participação em eventos regionais e multilaterais, além de políticas e iniciativas apoiadas e/ou lideradas pelo Brasil para a promoção da igualdade racial e dos direitos humanos das pessoas afrodescendentes. Argumenta-se que a Primeira Década Internacional de Afrodescendentes proporcionou uma plataforma estratégica para potencializar a justiça racial e resgatar as contribuições da Conferência de Durban (2001). Contudo, essa plataforma não foi totalmente aproveitada pelo Brasil devido a flutuações diplomáticas resultantes de tensões políticas conturbadas, de modo que a agenda de igualdade racial apenas foi retomada com o terceiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Metodologicamente, o estudo adotou o elemento raça como uma lente analítica para orientar a interpretação, para empregar uma abordagem transversal para rastrear um conjunto de fenômenos. Concluiu-se

1 Doutorando pelo Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Brasil. Mestre em Ciência Política, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil. Áreas de pesquisa: raça, racismo e relações internacionais; política externa brasileira; estudos pós-coloniais, decoloniais e afrodiaspóricos. Na Associação Brasileira de Relações Internacionais, atua como: coordenador da Comissão de Equidade Étnico-Racial e do Fórum das Comissões de Equidade; secretário da Área Temática Raça, Antirracismo e Interseccionalidades nas Relações Internacionais; e integrante da Comissão de Avaliação de Políticas Afirmativas. Contato: jeser.abilio@hotmail.com. ORCID: 0000-0001-8168-0682.

que a política externa e a diplomacia do Brasil, sob o governo Lula, avançaram significativamente em posturas afirmativas, ao passo que o país caminhou para (re)construir a imagem internacional de ator que abraça a pauta da promoção da igualdade racial. Ainda, destacou-se que o lançamento da Segunda Década Internacional de Afrodescendentes (2025-2034) representa oportunidades para a política externa brasileira adotar medidas robustas e consistentes para combater as hierarquias raciais em nível estrutural.

Palavras-chave: Política externa brasileira. Primeira Década Internacional de Afrodescendentes. Igualdade racial. Hierarquias raciais.

THE TRAJECTORY OF BRAZIL'S FOREIGN POLICY AND DIPLOMACY IN THE FIRST INTERNATIONAL DECADE FOR PEOPLE OF AFRICAN DESCENT (2015-2024)

Abstract

This article examines how Brazil's foreign policy has addressed—or failed to address—the commitments made during the United Nations' First International Decade for People of African Descent (2015–2024). The objective is to examine Brazil's institutional and diplomatic stance during this period, with a focus on its participation in regional and multilateral events, as well as the policies and initiatives it supported or led to promote racial equality and the human rights of people of African descent. The article argues that the First International Decade for People of African Descent offered a strategic platform to advance racial justice and to reaffirm the contributions of the Durban Conference held in 2001. However, Brazil did not fully capitalize on this platform, largely due to shifts in foreign policy orientation resulting from a turbulent political context. As a result, the racial equality agenda was only resumed during Luiz Inácio Lula da Silva's third term in office. From a methodological standpoint, the study adopts race as an analytical lens, using a cross-cutting approach to trace and interpret a range of interconnected phenomena. The study concludes that under the Lula administration, Brazil's foreign policy and diplomacy made significant progress in adopting affirmative positions, as the country began to reconstruct its international image as a committed advocate for racial equality. The study also highlights that the launch of the Second International Decade for People of African Descent (2025–2034) presents an opportunity for Brazil's foreign policy to adopt robust and consistent measures to combat racial hierarchies at a structural level.

Keywords: Brazilian foreign policy. First International Decade for People of African Descent. Racial equality. Racial hierarchies.

LA TRAYECTORIA DE LA POLÍTICA EXTERIOR Y LA DIPLOMACIA DE BRASIL EN EL PRIMER DECENIO INTERNACIONAL DE LOS AFRODESCENDIENTES (2015-2024)

Resumen

Este artículo examina cómo la política exterior brasileña ha respondido o no a los compromisos asumidos durante la Primera Década Internacional para los Afrodescendientes (2015-2024) proclamada por las Naciones Unidas. El objetivo es comprender la postura institucional y diplomática del país durante este período, con especial atención a su participación en eventos regionales y multilaterales, así como a las políticas e iniciativas apoyadas o lideradas por Brasil para la promoción de la igualdad racial y los derechos humanos de las personas de ascendencia africana. Se argumenta que la Década Internacional para los Afrodescendientes proporcionó una plataforma estratégica para mejorar la justicia racial y revivir las contribuciones de la Conferencia de Durban (2001). Sin embargo, esta plataforma no fue completamente aprovechada por Brasil debido a las fluctuaciones diplomáticas resultantes de tensiones políticas problemáticas, por lo que la agenda de igualdad racial solo se reanudó con el tercer gobierno de Luiz Inácio Lula da Silva. Metodológicamente, el estudio adoptó el elemento de la raza como una lente analítica para guiar la interpretación, empleando un enfoque transversal para rastrear un conjunto de fenómenos. Se llegó a la conclusión de que la política exterior y la diplomacia de Brasil, bajo el gobierno de Lula, han progresado mucho, ya que el país ha trabajado en (re)construir su imagen internacional como un actor que apoya la igualdad racial. Además, se destacó que el lanzamiento del Segundo Decenio Internacional de los Afrodescendientes (2025-2034) representa oportunidades para que la política exterior brasileña adopte medidas robustas y coherentes para combatir las jerarquías raciales a nivel estructural.

Palabras clave: Política exterior brasileña. Primera Década Internacional de los Afrodescendientes. Igualdad racial. Jerarquías raciales.

Introdução

Atualmente, cerca de 210 milhões de pessoas com ascendência africana, também denominadas de afrodescendentes, vivem nas Américas, correspondendo a 20% da população total (PAHO, 2024). Em razão da exploração do corpo africano durante a escravidão e o colonialismo afroatlântico, e os efeitos do racismo e da discriminação racial que persistem até os dias atuais, pessoas de ascendência africana estão entre os grupos mais marginalizados no Brasil e em outras partes do mundo. Isso tem gerado impactos negativos em várias áreas de suas vidas, como educação, saúde, trabalho etc. À vista disso, o debate sobre equidade e justiça racial, bem como a promoção de direitos humanos para as populações afrodescendentes, tem recebido crescente atenção no palco global nas últimas décadas. Por exemplo, indica-se: a Declaração e o Plano de Ação de Durban de 2001; a proclamação da Década Internacional de Afrodescendentes pela Assembleia Geral das Nações Unidas para o período 2015-2024; o relatório de 2021 da Alta Comissária das Nações Unidas, Michelle Bachelet, que reconheceu oficialmente o racismo sistêmico; e a declaração do tema "Justiça para os africanos e afrodescendentes por meio de reparações" para o ano de 2025 pela União Africana.

Em 17 de dezembro de 2024, a Organização das Nações Unidas, por meio da Resolução A/79/L.25, proclamou a Segunda Década Internacional de Afrodescendentes, para o período de 2025 a 2034 (Nações Unidas, 2024). Segundo o coordenador desta Década Internacional, Volker Türk, o objetivo é aproveitar o progresso dos últimos dez anos em normas e políticas para desenvolver e aprovar um projeto de declaração das Nações Unidas que garanta o respeito, a proteção e o cumprimento dos direitos humanos das pessoas afrodescendentes (UNHRO, 2024). Türk afirmou que isso deve ser realizado mediante uma ação coletiva que combata a injustiça racial, enfrente os legados coloniais, desmonte o racismo sistêmico e implemente a justiça reparadora, pois a Primeira Década não conseguiu resolver essas questões (UNHRO, 2024). A resolução da Segunda Década foi proposta pelo Brasil, em parceira com Antígua e Barbuda, Bahamas, Bolívia, Burundi, Colômbia, Costa Rica, Jamaica, Santa Lúcia e Estados Unidos. Isso sinaliza o compromisso do Brasil com a (re)construção de sua imagem, (re)posicionamento e narrativa, em contraste com os séculos de apagamento e exclusão racial.

Embora o país tenha saudado a Primeira Década Internacional de Afrodescendentes (2015-2024) – proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 23 de dezembro de 2013 pela Resolução 68/237 –, há pouco

conhecimento sobre como a política externa e diplomacia do Brasil atuaram efetivamente durante esse período. Por meio de uma busca na base do Portal de Periódicos da CAPES, em 3 de agosto de 2025, com o comando booleano "Brasil AND década AND afrodescendente" e o filtro temporal de 2015 a 2024, foram fornecidos 16 artigos. Ao conduzir uma análise minuciosa para verificar quais desses concentram a discussão sobre essa Primeira Década, verificou-se apenas dois artigos: "A população negra brasileira e a proteção deficiente de direitos fundamentais", de Jorge Luis Terra da Silva (2019); e "Ações afirmativas na Lei n. 12.888/2010 e na Década Internacional Afrodescendente", de Patrícia Gonçalves de Jesus *et al.* (2022). No entanto, nenhum desses estudos aborda o tema no contexto da política externa brasileira.

Diante disso, este artigo traz o seguinte problema: como a política externa brasileira respondeu – ou não – aos compromissos assumidos na Primeira Década Internacional de Afrodescendentes (2015-2024)? No âmbito deste artigo, entende-se por política externa o conjunto de ações, discursos e decisões que traduz os interesses e objetivos de um país em buscar se inserir no mundo e nas suas relações com outros atores, como Estados e organizações internacionais (Barnabé, 2010; Oliveira, 2015), sendo a diplomacia um dos instrumentos para a implementação dessa política.

Assim, o objetivo é compreender a postura institucional e diplomática do Brasil durante esse período, a partir da sua participação em eventos regionais e multilaterais, além de políticas e iniciativas apoiadas e/ou lideradas pelo país para a promoção da igualdade racial e dos direitos humanos das pessoas afrodescendentes. Apesar de as resoluções da Assembleia Geral, como a que estabeleceu a Década Internacional de Afrodescendentes, não terem caráter juridicamente vinculante, os países assumem compromissos políticos e simbólicos significativos; assim, espera-se que desenvolvam planos nacionais de ação, implementem políticas públicas, participem de fóruns internacionais, enviem relatórios voluntários e colaborem com o Escritório do Alto Comissariado de Direitos Humanos das Nações Unidas.

O problema levantado justifica-se, em primeiro lugar, pela necessidade de preencher uma lacuna nos estudos sobre a política externa brasileira, marcada pela escassez de análises que abordem sistematicamente a atuação do país durante a Primeira Década, como demonstrado acima pela consulta na base de dados. Soma-se a isso a relevância demográfica ímpar do Brasil como a nação que possui a maior população afrodescendente fora do continente africano, o que lhe confere uma posição especial para construir e projetar uma diplomacia substantiva e representativa com a igualdade racial no cenário internacional. Segundo dados divulgados em 2022 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e

Estatística, 55,5% da população brasileira se identifica como negra, o que equivale a 112,7 milhões de indivíduos (Belandi e Gomes, 2023). Destaca-se que, no Brasil, indivíduos afrodescendentes são socialmente identificados como pessoas negras, o que inclui, de acordo com a atual classificação do IBGE, pessoas pretas e pardas. Além disso, o presente artigo oferece insumos os quais podem contribuir no avanço de projetos que buscam fortalecer institucionalmente a política externa brasileira nesta nova etapa da agenda global, inaugurada com a Segunda Década. Portanto, compreender quais foram as ações concretas realizadas durante a Primeira Década está em sintonia com as prioridades atuais da diplomacia brasileira, fortalecendo seu compromisso com a equidade racial e com os marcos multilaterais que a apoiam.

O argumento central baseia-se na compreensão de dois pontos: primeiro, apesar de a política externa brasileira ter sido historicamente caracterizada pela negligência e/ou marginalização das questões raciais e pela representação de uma "imagem racial internacional" (Nascimento, 1978, p. 88) estereotipada, em especial antes da Constituição Federal de 1988, a Primeira Década Internacional de Afrodescendentes proporcionou uma plataforma estratégica para potencializar a justiça racial e resgatar as contribuições da Conferência de Durban de 2001; segundo, essa plataforma não foi aproveitada integralmente devido a flutuações diplomáticas resultantes de tensões políticas bastante conturbadas, sendo que a pauta racial foi retomada na política externa e na diplomacia do Brasil apenas no terceiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2023-atual). Metodologicamente, o estudo adota raça como uma lente analítica dentro de uma abordagem transversal para guiar a interpretação. Assim, busca-se mapear e analisar um conjunto de fenômenos, mas sem qualquer pretensão de elaborar uma análise totalizante ou historicista.

Este artigo contém duas seções, além desta Introdução e das Considerações finais. A primeira seção situa o nexo entre escravidão, racismo e colonização como fundacional das relações internacionais (Acharya, 2022), para evidenciar, ainda, que a política externa brasileira esteve, desde as suas origens, ligada às dinâmicas raciais, ainda que isso tenha sido ocultado nos estudos. Essa discussão fornece os fundamentos históricos e políticos necessários para compreender os desafios contemporâneos da inserção da pauta racial na política externa brasileira. A segunda seção é voltada para a análise da atuação do Brasil na Primeira Década Internacional de Afrodescendentes (2015-2024), para mapear iniciativas, discursos, eventos e posicionamentos institucionais relacionados à agenda de reconhecimento e promoção da equidade racial.

Relações Internacionais à brasileira: os contornos raciais silenciados na/da política externa

Raça é uma ideia global de classificação social baseada em diferenças biológicas, como cor da pele e textura do cabelo, e étnico-culturais, como religião, língua, origem geográfica etc. (Thompson, 2017). Contudo, tais diferenças não são elementos pré-determinados e autoevidentes. Elas foram criadas e reforçadas por meio da linguagem em um "jogo de semelhança e diferença" (Hall, 2017, p. 47). A Europa, ao se expandir para além do Atlântico no período colonial, narrou o mundo a partir de seus próprios referenciais. Com a consolidação do regime de escravidão, o substantivo "negro" foi utilizado de modo intensificado para nomear o "Outro" (Mbembe, 2014) a partir do sistema de diferenças, conjuntamente com os atos de amortizar, marcar e calar o corpo para não pronunciar o teor cruel do colonizador europeu. Desse modo, por meio da linguagem, um conhecimento foi construído com base na classificação hierárquica das diferenças, ao passo que corpos, saberes e experiências foram racialmente marcados como "inferiores" pela cultura dominante.

Este processo de criar o sentido de raça é chamado de racialização, cujas operações (re)produzem significados em torno de duas figuras: quem é submetido às condições raciais para ser subjugado e transformado em objeto e quem se desresponsabiliza dela para se beneficiar de privilégios (Nascimento, 2019). Portanto, a racialização, além de ser um processo discursivo, também é social e político. Isso porque pessoas africanas e seus descendentes têm sido historicamente confrontadas por "processos permanentes de desterritorialização, espoliação, despossessão, expropriação, descontinuidade, vilipêndio e extermínio" (Pires, 2021, p. 293), os quais contribuíram para a marginalização e exclusão social desses grupos na sociedade.

Considerando essa discussão preliminar, argumenta-se que as relações internacionais sempre foram e continuam sendo traduzidas em relações raciais, que são, por natureza, relações de poder (Acharya, 2022; Du Bois, 1925). Os principais movimentos transnacionais da modernidade, como o comércio global de pessoas escravizadas, o abolicionismo, a eugenia, o movimento anti-*apartheid*, a emergência dos direitos humanos e as políticas de contraterrorismo do século XXI, estão intimamente ligados à questão racial (Thompson, 2017). Afinal, a fundação da (des)ordem mundial moderna tem origem no nexo entre escravidão, racismo e colonização (Acharya, 2022).

Como defende Karine de Souza Silva, o tráfico atlântico de pessoas africanas escravizadas "foi o primeiro regime internacional da Modernidade" (Silva,

2025, p. 39). De fato, aliado à nomeação e objetificação do corpo negro em mercadoria comercializável, um conjunto de arranjos transnacionais – normas internacionais, organizações públicas, empresas e estratégias de cooperação (Silva, 2025) – possibilitou a extração e produção de *commodities* nas Américas para suprir a demanda europeia por alimentos e matérias-primas durante o processo de industrialização (Gonçalves e Costa, 2020). Como resultado, esse regime gerou enormes lucros e ergueu o capitalismo como o vigente sistema internacional racializado.

No contexto da colonização, o Brasil foi palco dessa dinâmica internacional. A partir do século XVII, a cidade do Rio de Janeiro se tornou a maior importadora de mão de obra africana nas Américas (Honorato, 2008). Durante o período escravagista, entre os séculos XVI e XIX, aproximadamente 5 milhões de africanos escravizados desembarcaram no Brasil, segundo dados de *Slave Voyages* ([s.d.]). O país, assim, exerceu a função crucial de interligar e inscrever "as rotas comerciais que vinculavam Europa, África e domínios coloniais espanhóis e portugueses nas Américas" (Gonçalves e Costa, 2020, p. 38), para assegurar o fluxo de bens à dinâmica da acumulação global. O Brasil foi o último país a abolir a escravidão nas Américas, que ocorreu em 1888. Devido a esse longo processo histórico-político, orientações coloniais influenciaram e moldaram todos os setores da sociedade brasileira, incluindo o direito, a política e a economia, à medida que costurou os privilégios das pessoas brancas em detrimento das populações negras e indígenas. Logo, a lógica racial definiu a formação do Brasil como nação (Maia e Zamora, 2018), que se assenta no racismo como sistema estruturante que discrimina e invisibiliza as populações afrodescendentes. Essa realidade persiste atualmente por conta da falta de representatividade política e da carência de políticas públicas voltadas para grupos historicamente marginalizados (Carneiro, 2011).

Em 2021, as Nações Unidas reconheceram a existência do racismo como sistêmico. De acordo com o relatório A/HRC/47/53 de 2021, o racismo sistêmico compreende um complexo sistema de leis, políticas, práticas e comportamentos do Estado, do setor privado e das estruturas sociais que discriminam e excluem pessoas africanas e seus descendentes, a partir de estereótipos, preconceitos e vieses, em razão dos legados da escravidão, do tráfico atlântico e do colonialismo (Nações Unidas, 2021). Portanto, o racismo orienta e organiza todas as relações de poder do mundo (Grosfoguel, 2019); consequentemente, a política externa pode (re)produzir racializações enquanto o país projeta os seus interesses no plano internacional.

Entretanto, os estudos de relações internacionais e de política externa sofrem de um "esquecimento calculado, uma obstrução do discurso, da

linguagem e da fala" (Thompson, 2017, p. 45), a fim de ocultar as dinâmicas raciais para manter a persistência da opressão, dominação e desigualdade. Silva (2021, p. 42) defende a existência de uma "cegueira seletiva" nas teorias hegemônicas que buscam manter o não reconhecimento do "Outro", porquanto esse é representado como um "perigo" à realização dos direitos daquele grupo que se coloca como universal. Nesse contexto, sobressai-se a prática habitual de alguns eventos serem escolhidos e filtrados nos estudos, enquanto outros são omitidos das narrativas oficiais.

Uma breve análise da criação e da história do Ministério das Relações Exteriores do Brasil revela suas bases elitistas. Conhecido hoje como Itamaraty, o Ministério foi uma das primeiras instituições burocráticas criadas após a independência do país em 1822. Esse Ministério emergiu como uma burocracia central, fortemente alinhado aos interesses das elites brancas – estas ligadas à monarquia e à aristocracia rural e urbana. Em sua fase inicial, de 1822 a 1934, o Ministério firmou-se no Império e na Primeira República seguindo a lógica de recrutar, informalmente, homens brancos oriundos de classes sociais elevadas do Rio de Janeiro, capital do país naquele período, e que possuíam fluência em línguas europeias e acesso a redes exclusivas na política e no âmbito militar (Gobo e Santos, 2022). A figura do Barão do Rio Branco (1902--1912) reforçou esse paradigma elitista, cujo estilo particular e carismático na diplomacia brasileira institucionalizou o insulamento burocrático, distante dos outros segmentos do Estado e da sociedade, além de contribuir para perpetuar práticas discriminatórias de seleção que reforçaram a exclusão racial (Costa e Silva, 2005; Sodré, 2023).

Em um segundo momento, de 1934 a 1994, o Brasil reorganizou a sua estrutura burocrática com reformas administrativas. Nesse quadro, em 1936, foi criado o Departamento Administrativo do Serviço Público, com a racionalização de concursos, e, em 1945, foi fundado o Instituto Rio Branco, com a intenção de profissionalizar a seleção e o treinamento de diplomatas, como parte de um recrutamento institucional do Ministério das Relações Exteriores. Contudo, segundo Gobo e Santos (2022), esse novo processo de recrutamento e racionalização não resultou em alterações significativas no perfil dos candidatos, que continuaram a se alinhar ao de homens brancos com alta formação educacional. Ademais, é no contexto do regime militar e de suas demandas internas "em tecnicizar e qualificar os estudos que possibilitariam melhor posicionamento do Brasil no sistema internacional" (Oliveira, 2019, p. 382) que os cursos de Relações Internacionais (RI) foram criados. Segundo Oliveira (2019), o primeiro curso de graduação em RI criado foi em 1974, na Universidade de Brasília (UnB). Esse local escolhido se encontra atrelado ao

quadro de decisão da política nacional em que os professores, majoritariamente homens brancos, atuavam formando estudantes na academia, assim como formando diplomatas no Instituto Rio Branco (Oliveira, 2019).

Como resultado, argumenta-se que a política externa e diplomacia do Brasil são influenciadas por assimetrias de poder que definem as prioridades, os enquadramentos e as percepções durante a formulação e execução dessas políticas, em função daquele nexo entre escravidão, racismo e colonização (Acharya, 2022). Por exemplo, a participação do país no I Congresso Universal de Raças, realizado em Londres, em 1911, onde mais de 50 países se reuniram para debater as relações existentes entre os povos do Ocidente e Oriente, pessoas brancas e pessoas de cor – como eram denominadas na época –, a fim de impulsionar o entendimento e cooperação internacional acerca da questão racial, com vistas à ciência. O brasileiro João Baptista de Lacerda, médico, antropólogo e diretor do Museu Nacional, foi designado para representar a delegação brasileira e apresentar sua tese de embranquecimento. De acordo com ele, o incentivo à imigração de estrangeiros brancos e a "seleção" sexual por meio de casamentos entre pessoas negras e mestiças com pessoas brancas levaria à extinção do elemento negro no Brasil em até cem anos (Souza e Santos, 2012). Aliás, décadas antes, no Brasil Império, foi promulgada a Lei de Terras em 1850, que facilitava a aquisição de terras por europeus que desejassem viver no país. O objetivo da lei era estimular a imigração de brancos, ao passo que títulos de propriedade de terras eram negados para grupos racializados (Hernández, 2017). Já no período do Estado Novo, o Decreto-Lei 7967/1945 regulamentou a entrada de imigrantes brancos para atender a preservação e desenvolvimento da população brasileira com características de ascendência europeia (Nascimento, 1978).

Embora houvesse esses esforços para embranquecer a sociedade brasileira, a política externa manteve, por um longo período, a imagem de um Brasil miscigenado, harmonioso e com igualdade de oportunidades para pessoas negras, brancas e indígenas. Essa concepção tem origem no livro *Casa-grande & Senzala* (1933) do sociólogo Gilberto Freyre, que romantizou a relação entre senhores e pessoas escravizadas, além de retratar a miscigenação como um símbolo cultural do país. O pensamento de Freyre influenciou o imaginário das elites políticas e intelectuais brasileiras nas décadas de 40, 50 e até 70, e se tornou em uma ideologia nacional conhecida como democracia racial, que se baseou na negação da existência do racismo no país (Guimarães, 1999; 2004).

Por exemplo, em 1966, durante a 21ª Assembleia Geral das Nações Unidas, o delegado brasileiro Juracy Magalhães, ao anunciar que o Brasil foi o primeiro a assinar a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas

as Formas de Discriminação Racial, afirmou que o país é "uma verdadeira democracia racial, onde muitas raças vivem e trabalham juntas e se mesclam livremente, sem medo ou favores, sem ódio ou discriminação" (Magalhães, 2007, p. 221). Ele chegou a declarar que, por esse motivo, a Convenção era desnecessária para o Brasil. Já em 1985, durante a 40ª Sessão Ordinária da Assembleia Geral das Nações Unidas, o presidente José Sarney discursou que o Brasil abriga "num vasto continente um povo unificado que soube construir uma democracia racial e uma unidade de cultura que é a força invencível de seu destino" (Magalhães, 2007, p. 445). Ainda, afirmou que o Brasil "é um grande país mestiço que se orgulha de sua identidade. Várias das mais altas expressões criadoras da nossa cultura provieram da mescla racial, da mútua fertilização das etnias" (Magalhães, 2007, p. 448).

Segundo a diplomata brasileira Irene Vida Gala, a ideologia da democracia racial foi bem recebida pelo Itamaraty, de modo que a instituição, como porta-voz da elite branca, buscou influenciar o cenário internacional com a exaltação da "presença africana na formação da identidade nacional" (Gala, 2019, p. 43) a partir do elemento de miscigenação. Contudo, a miscigenação foi um processo forçado de controle social, como o estupro de mulheres escravizadas e o fomento da imigração europeia, que visou diluir as características físicas e culturais da população negra através do cruzamento de diferentes grupos étnico-raciais (Nascimento, 1978). Já Abdias Nascimento, ao problematizar a postura da política externa brasileira em elevar o país como o maior exemplo da democracia racial, argumentou que a projeção de uma "imagem racial internacional" é um "sintoma de insensibilidade moral e desprezo pelos direitos humanos dos afro-brasileiros" (Nascimento, 1978, p. 88). Isso porque esta imagem não reflete a realidade social do país, mas apenas insulta a comunidade negra em prol de estreitar interesses comerciais do Brasil com países africanos, com a finalidade de garantir os privilégios das classes brancas dominantes (Nascimento, 1978).

Por outro lado, a política externa brasileira esteve por certo tempo preocupada em agradar e servir aos poderes coloniais (Silva, 2021). Ao longo dos anos 1950, o Brasil se colocou contra as pretensões de independência dos países africanos para não contrariar as intenções portuguesas e de outras potências europeias. O país se absteve de votações nas Nações Unidas sobre o assunto, e chegou até mesmo a apoiar o regime de *apartheid* na África do Sul (Dávila, 2011; Nascimento, 1978; 2019; Silva, 2021). Com o golpe civil-miliar de 1964, os movimentos que apoiavam a independência africana foram perseguidos e presos pelo governo de Castelo Branco; e, em 1975, o governo de Ernesto Geisel não assinou a Convenção Internacional para a

Supressão e Punição do Crime do Apartheid. Acerca disso, Abdias Nascimento (1978) argumenta que a projeção da imagem racial internacional do Brasil, ancorada no mito da democracia racial, contribuiu para afastar de vista as posturas vergonhosas do país. Portanto, a diplomacia e política externa do Brasil estiveram, historicamente, ligadas à negligência e/ou marginalização da questão racial e alheias em relação aos interesses da população negra.

O Brasil e a Década Internacional de Afrodescendentes (2015-2024): entre tensões, agendas e reconstruções

O processo de redemocratização e a promulgação da Constituição Federal de 1988 trouxeram novas garantias institucionais que possibilitaram a permeabilidade de atores negros nas estruturas dos Estados. O debate sobre representatividade, que o movimento negro vinha levantando há décadas, começou a ganhar terreno na década de 1990 e no início dos anos 2000. Um momento crucial que catalisou as sinergias e reivindicações dos movimentos negros do Brasil foi a III Conferência Internacional contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as Formas Correlatas de Intolerância, realizada entre 31 de agosto e 8 de setembro de 2001, em Durban, África do Sul. Aliás, a delegação brasileira contou com o protagonismo de mulheres negras, com destaque para Edna Roland, que foi a relatora geral da Conferência.

A Declaração e o Programa de Ação de Durban reconheceram o racismo como uma violação de todos os direitos humanos e um problema real no interior das sociedades, sendo necessário criar políticas públicas em diversas áreas para combatê-lo. Entre os deveres estatais consagrados na Declaração de Durban, estão: elaborar planos nacionais de ação contra o racismo (arts. 99-100); revisar legislações e políticas públicas que perpetuam desigualdades raciais (art. 106); adotar medidas de ação afirmativa (art. 107); reformular currículos e formar de agentes públicos (arts. 95-98); fortalecer mecanismos de monitoramento e responsabilização (arts. 167-168); etc.

Entretanto, no âmbito global, devido aos acontecimentos de 11 de setembro de 2001 e à subsequente política de "guerra ao terror" capitaneada pelos Estados Unidos, os compromissos acordados na Conferência de Durban foram rapidamente deixados de lado, e as prioridades globais foram redirecionadas para as questões de segurança e contraterrorismo. Por outro lado, no Brasil, a Conferência de Durban foi um marco importante na agenda da igualdade racial, porque muitos temas adentraram na política nacional e influenciaram diversas ações e políticas públicas. Em particular no Ministério

das Relações Exteriores, mudanças significativas foram realizadas no seu processo de ingresso, como a Bolsa-Prêmio de Vocação para a Diplomacia, instituída em 2002, e as cotas raciais no Concurso de Admissão à Carreira Diplomática, iniciado em 2011. Sobressai-se que esse Ministério foi a primeira entidade federal a implementar políticas de cotas para pessoas negras, que reservou 10% das vagas na primeira fase do concurso, antes mesmo da Lei n. 12.990/2014, que aumentou para 20% nas três fases.

À vista disso, argumenta-se, nesta seção, que o lançamento da Primeira Década Internacional proporcionou uma plataforma estratégica para o Brasil reposicionar e fortalecer a sua imagem como ator comprometido com a agenda de igualdade racial e de promoção de direitos dos afrodescendentes, como uma forma de aprofundar os compromissos assumidos com a Conferência de Durban. No entanto, como será apresentado, essa plataforma não foi integralmente aproveitada pelo país, por conta de flutuações diplomáticas advindas de tensões políticas muito conturbadas, sendo retomada com o terceiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2023-atual).

A Primeira Década Internacional de Afrodescendentes foi proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, por meio da Resolução 68/237, para o período entre 2015 e 2024. Com o tema "Povos afrodescendentes: reconhecimento, justiça e desenvolvimento", a Resolução apresentou os seguintes objetivos: 1. Promover o respeito, a proteção e o cumprimento de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais das pessoas afrodescendentes; 2. Promover um maior conhecimento e respeito pelo patrimônio diversificado, a cultura e a contribuição de afrodescendentes para o desenvolvimento das sociedades; e 3. Adotar e reforçar os quadros jurídicos nacionais, regionais e internacionais de acordo com a Declaração e Programa de Ação de Durban e da Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial.

O Brasil aderiu à Década Internacional, e em 22 de julho de 2015, em parceria com as Nações Unidas, essa Década foi lançada durante o Festival da Mulher Afro-Latino-Americana e Caribenha. Já em 3 e 4 de dezembro do mesmo ano, em Brasília, ocorreu o Encontro Regional da América Latina e do Caribe para a Década Internacional de Afrodescendentes (2015-2024), o qual contou com a presença do Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos, Zeid Ra'ad El Hussein. O Itamaraty atuou ativamente na organização e logística do evento, que apresentou protagonismo diplomático ao sediar essa iniciativa global em nível regional. Esse Encontro foi o primeiro de uma série de cinco eventos regionais, e teve como propósito reunir governos, instituições de direitos humanos, sociedade civil e agências de

desenvolvimento e organizações regionais para discutir as prioridades das populações afrodescendentes, bem como os obstáculos que as atravessam (MRE, 2015).

Todavia, com a destituição de Dilma Rousseff ao cargo de presidenta da República pelo processo de *impeachment*, em 2016, a agenda progressista entrou em um período de estagnação, e a pauta racial não avançou de forma significativa. Com a ascensão de Jair Bolsonaro à presidência da República, toda a agenda antirracista e de promoção aos direitos humanos para afrodescendentes foram imediatamente ameaçadas por medidas que levaram ao retrocesso de diversas políticas públicas, dentre elas: o desincentivo à titulação de terras quilombolas, a extinção de setores e órgãos importantes, como o Comitê de Articulação e Monitoramento do Plano Nacional de Programação da Igualdade Racial, o emparelhamento ideológico da Fundação Palmares em prejuízo à população negra, a perseguição e o ataque aos movimentos sociais negros e o não reconhecimento da gravidade do racismo no Brasil (Inesc, 2021).

No plano da política externa brasileira, um sistema discursivo de diferença foi constituído mediante um jogo polarizado de amigo *versus* inimigo, estrategicamente implantado para excluir não só a diversidade étnico-racial existente na sociedade, mas para invisibilizar uma série de discriminações raciais e desigualdades sociais. Por exemplo, em uma conferência intitulada "A nova política externa brasileira" realizada no Ministério das Relações Exteriores do Paraguai, em 3 de fevereiro de 2020, o ex-ministro brasileiro Ernesto Araújo proferiu que "houve uma tentativa de destruir o tecido social do Brasil, destruir a família, a unidade nacional, criando falsos conflitos, por exemplo, sobre raça ou gênero" (MRE, 2020). Ao associar o termo "raça" a "falsos conflitos", o discurso de política externa deslegitimou a gravidade das questões raciais, ao passo que enquadrou as demandas e reivindicações da população negra como antagônicas à própria nação.

Mais tarde naquele ano, em 21 de novembro, durante a reunião virtual da Cúpula do G20, o ex-presidente Bolsonaro reforçou essa narrativa ao declarar: "O Brasil tem uma cultura diversa, única entre as nações, somos um povo miscigenado", e complementou que "brancos, negros e índios edificaram o corpo e o espírito de um povo rico e maravilhoso e, numa única família brasileira, podemos contemplar uma diversidade maior do que países inteiros" (Bolsonaro, 2020). Desse modo, a miscigenação, um componente central no mito da democracia racial – tal como discutido na seção anterior –, reapareceu na representação da imagem racial internacional do Brasil por essa política externa, mas agora metamorfoseada na noção de uma "única

família brasileira" – imagem essa vazia de conteúdo crítico sobre os violentos processos de embranquecimento da população brasileira ao longo do tempo.

Ademais, segundo Chade (2020a), o Itamaraty foi uma das poucas delegações que tentou esvaziar os esforços da comunidade internacional em pressionar os governos a enfrentar o racismo. Após o assassinato de George Floyd Jr., em 25 de março de 2020, por brutalidade policial nos Estados Unidos, países africanos apresentaram uma proposta ao Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, que tinha como objetivo aprovar uma comissão de inquérito para investigar o racismo nas forças policiais naquele país. Mas o Itamaraty não apoiou a proposta devido à aliança entre Brasília e Casa Branca/EUA (Chade, 2020b). Mais tarde, mais de cem entidades do movimento negro denunciaram, ao Conselho de Direitos Humanos, a falta de ação do governo com o racismo e a insensibilidade da postura diplomática brasileira em relação ao assassinato de jovens negros nas periferias do Brasil (Chade, 2020c). Segundo dados do *Atlas da Violência*, apenas no primeiro semestre de 2020, mais de 75% das pessoas mortas por policiais no Brasil eram negras (Cerqueira e Bueno, 2020). Assim, defende-se que, embora a questão racial e o racismo tenham sido sublinhados pela política externa brasileira, uma ideologia racializada esteve presente no Itamaraty de Ernesto Araújo com o objetivo de preservar os propósitos e interesses de um grupo, ao passo que camuflava as desigualdades raciais da sociedade brasileira.

Com a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva nas eleições presidenciais de 2022, a pauta racial e a participação popular foram retomadas na agenda governamental, de modo que a política externa e a diplomacia do Brasil abraçaram importantes iniciativas. Por exemplo, em 9 de novembro de 2023, o Ministério das Relações Exteriores realizou, pela primeira vez em sua história, um seminário dedicado ao tema de igualdade racial. Intitulado "Relações internacionais, política externa e igualdade racial: reflexões em homenagem a Mônica de Menezes Campos", o evento teve três painéis de debate, e contou com a participação de vozes institucionais e de intelectuais negros e negras (FUNAG, 2023). Na abertura do evento, o chanceler Mauro Vieira, em seu discurso, enfatizou a importância da memória negra e problematizou os símbolos históricos do Itamaraty, ressaltou o papel do Ministério da Igualdade Racial na política externa, defendeu a incorporação das perspectivas de igualdade racial e gênero em todas as áreas dessa política e anunciou o fortalecimento das relações do Brasil com a diáspora africana (Vieira, 2023). Também prestou homenagem a Mônica de Menezes Campos, a primeira mulher negra a ser aprovada no concurso de admissão à carreira diplomática, em 1978. Ainda, o evento divulgou o projeto de mentoria, que

leva o mesmo nome dessa diplomata, cujo objetivo é oferecer apoio gratuito a pessoas negras candidatas em preparação ao concurso (FUNAG, 2023).

Em nível institucional, o Ministério das Relações Exteriores criou o Curso de Promoção da Diversidade e Inclusão, em 2023, que passou a integrar a grade curricular do Instituto Rio Branco para trazer debates sobre as relações raciais no Brasil (MRE, 2024a). No mesmo ano, foi instituído o Sistema de Promoção de Diversidade e Inclusão do Ministério das Relações Exteriores (Portaria nº 454/2023); e, posteriormente, foi criado o inédito Comitê Étnico-Racial (Portaria nº 781/2023), que funciona como uma instância permanente consultiva e de colaboração entre a administração e os grupos de interesse (MRE, 2023). Em 4 de dezembro de 2024, o Ministério das Relações Exteriores, em cooperação com o Ministério da Igualdade Racial, lançou o Plano de Ação para o Programa Federal de Ações Afirmativas. O Itamaraty foi o primeiro Ministério a lançar o Plano de Ação, desde que o governo federal instituiu a necessidade de aplicar um programa de ações afirmativas nos órgãos da administração pública federal (Decreto nº 11.785/2023). Esse Plano de Ação do Itamaraty inclui 34 ações, sendo 18 ações de gestão voltadas para aumentar a diversidade na estrutura do Itamaraty e 16 ações focadas na promoção de grupos prioritários na política externa, como pessoas negras e indígenas (MRE, 2024b).

Na esfera multilateral, o Brasil propôs a criação de novo Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas, dedicado à igualdade étnico-racial. Em 18 de setembro de 2023, durante a abertura da 78ª Assembleia Geral das Nações Unidas, o presidente Lula anunciou que o país adotaria voluntariamente um décimo oitavo objetivo, para colocar o combate ao racismo no centro da Agenda 2030 (G20 Brasil 2024, 2023). Posteriormente, essa proposta foi formalmente apresentada em evento paralelo do G20 Social, em novembro de 2024, onde contou com as articulações institucionais do Ministério da Igualdade Racial, do Ministério dos Povos Indígenas, entre outros, e da participação ativa de setores da sociedade civil (MIR, 2024b).

Em 2024, a política externa brasileira teve como carro-chefe a Presidência Brasileira do G20. Com o tema "Construindo um Mundo Justo e um Planeta Sustentável", o Brasil definiu o combate à fome, à pobreza e à desigualdade como uma das três prioridades centrais, juntamente com o desenvolvimento sustentável e a reforma da governança global (Brasil, 2023d). Ao assumir a presidência, o país anunciou Angola, Egito e Nigéria como países convidados, que somaram a África do Sul e a União Africana, membros permanentes, o que garantiu a presença de cinco membros africanos no G20 (Cravo e Dantas, 2023). Em 2023, o Brasil já havia apoiado formalmente a admissão da União

Africana como membro permanente ao fórum; e, em fevereiro de 2024, o presidente Lula participou da abertura da 37ª Cúpula da União Africana, onde discursou sobre a importância da união entre os países para a redução das desigualdades, além de visitar oficialmente o Egito e a Etiópia (Planalto, 2024). Na Trilha de Finanças, núcleo duro do G20, a presidência brasileira organizou a reunião ministerial "África e o G20" e os eventos paralelos "Africa-Led Debate on Debt and Development Financing" e "Africa-Led Debate on Infrastructure", os quais tiveram como finalidade oferecer um espaço para que as delegações africanas pudessem ter maior participação na construção de soluções para os desafios da arquitetura financeira global, bem como possibilitar a troca de experiências e conhecimentos com outros atores (Planalto, 2024; MF, 2024a).

Destaca-se, ainda, a Conferência da Diáspora Africana nas Américas, realizada em agosto de 2024, em Salvador, Bahia. O evento reuniu representantes governamentais, lideranças de países africanos e das Américas, membros de organizações internacionais e regionais, além de pesquisadores, representantes de movimentos sociais, setor cultural, entre outros. Organizada em parceria entre a União Africana, o governo de Togo, o governo brasileiro, entre outras entidades, a Conferência buscou reafirmar os laços do Brasil com as nações africanas e com as comunidades afrodiaspóricas nas Américas, com a finalidade de promover a cooperação e o diálogo em múltiplos níveis. Essa Conferência foi um marco importante para a política externa brasileira, porque a União Africana reconhece atualmente a Diáspora Africana como a sexta região do continente. Com ampla participação da sociedade civil de distintos países, uma Carta de Recomendações foi elaborada, centrada nos temas de pan-africanismo, memória, reconstrução e reparação e restituição, a qual foi entregue formalmente aos representantes da União Africana (MIR, 2024a).

Portanto, defende-se que a diplomacia e a política externa do Brasil, sob o terceiro governo Lula, buscaram (re)construir a imagem internacional e (re)posicionar o país como ator comprometido com a agenda racial e de promoção de direitos humanos de pessoas afrodescendentes, conforme destravou eventos e pautas represadas pelo governo anterior. Afinal, a plataforma política do governo Lula retomou o diálogo e a participação social. Isso permitiu que movimentos sociais e outros atores da sociedade civil tivessem novamente permeabilidade nas estruturas do Estado para definir e construir políticas vinculadas àqueles direitos reafirmados com a Declaração de Durban. Assim, distintamente do governo anterior e do passado brasileiro antes da Constituição Federal de 1988, a atual política externa brasileira configura como afirmativa, já que busca assegurar e defender a igualdade racial. Aliás, os dois primeiros governos Lula (2003-2011) foram marcados pela atuação do Movimento

Negro na construção de uma política externa africana do Brasil (Gala, 2019). Entretanto, a Primeira Década Internacional como plataforma estratégica permitiu que o país não apenas direcionasse sua atenção ao continente africano, mas também estabelecesse a igualdade racial como prioridade, tanto no nível institucional do Ministério das Relações Exteriores quanto nas posturas diplomáticas e ações de política externa no cenário internacional.

Entretanto, é importante destacar que, apesar de as políticas de cotas e ações afirmativas terem aumentado a presença de pessoas negras na carreira diplomática, ainda há um cenário de sub-representatividade, principalmente nos cargos mais altos. Segundo o Boletim Estatístico Étnico-Racial do Serviço Exterior Brasileiro (MRE, 2024c), entre os Ministros de Primeira Classe, 91,2% são pessoas brancas, e apenas 5,1% pessoas pardas e 1,5% pessoas pretas. Na categoria de Ministros de Segunda Classe, pessoas brancas representam 88,4% contra 6,9% de pardas e 0,6% de pretas. Sobre as chefias de postos, pessoas brancas equivalem a 90,8%, enquanto pessoas pardas 4,6% e pessoas pretas 1%.

Considerações finais

Este artigo buscou compreender como a política externa brasileira respondeu ou não aos compromissos assumidos na Primeira Década Internacional de Afrodescendentes (2015-2024). Portanto, o esforço analítico consistiu em lançar luz sobre aquilo que não está marcado nos estudos sobre a atuação da política externa brasileira durante a Primeira Década Internacional de Afrodescendentes no âmbito da igualdade racial e promoção de direitos de afrodescendentes. Em vez de tratar raça como uma questão marginal ou secundária, considerou-se como um elemento estrutural e constitutivo que atravessa a política global, a fundação do Ministério das Relações Exteriores e as orientações da política externa brasileira.

Argumentou-se, primeiro, que a política externa brasileira tem sido historicamente marcada pela negligência e/ou marginalização das questões raciais, um padrão enraizado no nexo entre escravidão, racismo e colonização que sustentou tanto a construção da própria nação brasileira quanto as relações internacionais (Acharya, 2022). No entanto, os contornos raciais e legados coloniais têm sido frequentemente silenciados ou invisibilizados nas análises tradicionais da política externa brasileira. Neste sentido, o estudo buscou demonstrar que a diplomacia e a política externa do Brasil sempre estiveram conectadas às dinâmicas raciais, uma vez que o Itamaraty se configurou

como um porta-voz da elite branca (Gala, 2019), e, em muitos momentos, em desprezo às contribuições e demandas das populações negras do país.

Em segundo, argumentou-se que após a promulgação da Constituição Federal de 1988, a Primeira Década Internacional de Afrodescendentes apresentou uma plataforma estratégica para potencializar a justiça racial e resgatar os compromissos acordados com a Conferência de Durban (2001). A Declaração e o Plano de Ação de Durban trouxeram um conjunto de compromissos e caminhos institucionais para avançar com políticas públicas em diversas áreas para combater o racismo. Por outro lado, essa plataforma não foi integralmente aproveitada pelo país devido a flutuações diplomáticas derivadas de tensões políticas bastante conturbadas.

Apesar do avanço do debate e da criação de políticas públicas voltadas à população negra no pós-Durban, como as ações e políticas afirmativas institucionalizadas no Brasil, um retrocesso na agenda progressista se deu início a partir do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff, e que se agravou no governo Bolsonaro. Esse retrocesso debilitou as instituições criadas para fomentar políticas públicas voltadas a diferentes grupos marginalizados, mas também impossibilitou o Brasil de se posicionar no cenário global como defensor dos direitos de afrodescendentes. Já com o retorno de Luiz Inácio Lula da Silva no seu terceiro mandato como presidente da República, eventos e pautas represadas tiveram espaço para caminhar e (re)construir a imagem do país por meio de uma política externa afirmativa, a qual abraça a pauta da promoção da igualdade racial.

Contudo, ainda que o perfil diplomático esteja mudando e os debates sobre a promoção da igualdade racial estejam presentes na política externa brasileira durante o atual governo Lula, não se pode deixar de problematizar os problemas estruturais que atravessam o país e a política global. Apesar da existência de garantias institucionais de acesso à carreira diplomática para a população negra, diplomatas negros e negras não ocupam as posições do alto escalão. Ademais, é preciso romper com os silêncios e omissões acerca das dimensões racializadas da política internacional, para ir além das posturas afirmativas. Em outros termos, o Brasil precisa adotar ações robustas e consistentes que consideram a dinâmica estrutural mais ampla das relações internacionais, e não apenas a nível simbólico e representacional, porquanto hierarquias raciais continuam a moldar a governança global (Grosfoguel, 2019; Silva, 2025). Isso é um enorme desafio, já que as flutuações diplomáticas derivadas de polarização política, como visto, prejudicaram a política externa brasileira seguir com os compromissos da Primeira Década, sendo aproveitada, praticamente, somente nos dois últimos anos.

Em 2025, as Nações Unidas proclamaram a Segunda Década Internacional de Afrodescendentes para o período de 2025-2034, e a União Africana instituiu o tema deste ano como "Justiça para os africanos e afrodescendentes por meio de reparações". A diplomacia e a política externa do Brasil têm outra oportunidade de expandir e fortalecer de forma consistente e robusta a colaboração com nações africanas e a diáspora africana em questões fundamentais como desenvolvimento, justiça reparatória e combate às desigualdades nos mais variadores setores, como comércio, ciência e tecnologia, segurança alimentar, fortalecimento das instituições multilaterais, meio ambiente e mudanças climáticas etc. É desejável uma política externa brasileira genuinamente dedicada à justiça racial, que conecta o patrimônio histórico-cultural do país e as demandas e repertórios da população negra brasileira às necessidades atuais do Sul Global.

Referências

ACHARYA, Amitav. Race and Racism in the Founding of the Modern World Order. *International Affairs,* v. 98, n. 1, p. 23-43, 2022.

BARNABÉ, Israel Roberto. O Itamaraty e a Diplomacia Presidencial nos governos FHC e Lula. *Revista de Estudos Internacionais*, v. 1. n. 2, p. 29-45, 2010.

BELANDI, Caio; GOMES, Irene. Censo 2022: pela primeira vez, desde 1991, a maior parte da população do Brasil se declara parda. *Agência de Notícias do IBGE*, 22 dez. 2023. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38719-censo-2022-pela-primeira-vez-desde-1991-a-maior-parte-da-populacao-do-brasil-se-declara-parda. Acesso em: 6 ago. 2025.

BOLSONARO, Jair. Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na Cúpula do G20 Palácio do Planalto. *Presidência da República*, 22 nov. 2020. Disponível em: https://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/bolsonaro/discursos/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-na-cupula-do-g20-palacio-do-planalto. Acesso em: 15 ago. 2025.

CARNEIRO, Sueli. *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CERQUEIRA, Daniel Ricardo de Castro; BUENO, Samira (coords.). *Atlas da Violência 2020*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2020. Disponível em: https://publicacoes.forumseguranca.org.br/server/api/core/bitstreams/c245e130-3df5-4cc6-8a4c-b54c982db89d/content. Acesso em: 3 ago. 2025.

CHADE, Jamil. Em reunião sobre Floyd na ONU, Brasil protege Trump e defende polícia. *Uol Notícias*, 17 jun. 2020a. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2020/06/17/em-reuniao-sobre-morte-de-floyd-na-onu-brasil-sai-ao-resgate-dos-eua.html. Acesso em: 17 ago. 2025.

CHADE, Jamil. Postura do governo Bolsonaro sobre racismo abre onda de protestos na ONU. *Uol Notícias*, 17 jun. 2020b. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2020/06/17/postura-do-governo-bolsonaro-sobre-racismo-abre-onda-de-protestos-na-onu.html. Acesso em: 1 ago. 2025.

CHADE, Jamil. Movimento Negro denuncia Bolsonaro na ONU e defende inquérito. *Uol Notícias*, 18 jun. 2020c. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2020/06/18/movimento-negro-denuncia-bolsonaro-na-onu-e-defende-inquerito.html. Acesso em: 2 ago. 2025.

CONFERÊNCIA da Diáspora Africana nas Américas traduz sua voz na Carta de Recomendações. *Ministério da Igualdade Racial*, 10 set. 2024a. Disponível em: https://www.gov.br/igualdaderacial/pt-br/assuntos/copy2_of_noticias/carta-de-recomendacoes-da-conferencia-da-diaspora-africana-nas-americas-traz-compromisso-coletivo-com-a-igualdade. Acesso em: 20 ago. 2025.

CONSTRUINDO um mundo justo e sustentável com a participação da sociedade. *G20 Brasil 2024*, 25 dez. 2023. Disponível em: https://www.gov.br/g20/pt-br/noticias/construindo-um-mundo-justo-e-sustentavel-com-participacao-da-sociedade. Acesso em: 5 ago. 2025.

COSTA E SILVA, Alberto da. *Das mãos do oleiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

ENTREVISTA com Alberto da Costa e Silva. *Construir Notícias*, ano 5, n. 28, 2006. Disponível em: https://www.construirnoticias.com.br/entrevista-com-alberto-da-costa-e-silva/. Acesso em: 16 ago. 2025.

CRAVO, Alice; DANTAS, Dimitrius. Brasil assume presidência do G20 e anuncia países convidados a participar; veja a lista. *O Globo*, 2 dez. 2023. Disponível em: https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2023/12/02/brasil-assume-

presidencia-do-g20-e-anuncia-paises-convidados-a-participar-veja-a-lista.ghtml. Acesso em: 10 ago. 2025.

CURSO sobre Promoção da Diversidade e Inclusão. *Ministério das Relações Exteriores*, 13 jun. 2024a. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/instituto-rio-branco/noticias/curso-sobre-promocao-da-diversidade-e-inclusao. Acesso em: 11 ago. 2025.

DÁVILA, Jerry. *Hotel Trópico*: o Brasil e o desafio da descolonização africana (1950-1980). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

DU BOIS, W. E. B. Worlds of Color. *Foreign Affairs*, v. 3, n. 3, p. 423-444, 1925.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & Senzala*: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. Rio de Janeiro: Schmidt, 1933.

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO. Seminário "Relações Internacionais, Política Externa e Igualdade Racial". *Youtube*, 9 nov. 2023. 8h55min34seg. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=BU-r9YP04WI. Acesso em: 15 ago. 2025.

GALA, Irene Vida. *Política externa como ação afirmativa*: projeto e ação do governo Lula na África (2003-2006). Santo André: Editora UFABC, 2019.

GOBO, Karla; SANTOS, Claudia. The Social Origin of Career Diplomats in Brazil's Ministry of Foreign Affairs: Still an Upper-Class Elite? In: LEQUESNE, Christian. (org.). *Ministries of Foreign Affairs in the World:* Actors of State Diplomacy. Lieden: Brill Nijhoff, 2022, p. 15-38.

GONÇALVES, Guilherme Leite; COSTA, Sérgio. *Um porto no capitalismo global*. São Paulo: Boitempo, 2020.

GOVERNO Federal lança o ODS 18 "Igualdade Étnico-Racial" em evento paralelo do G20 Social. *Ministério da Igualdade Racial*, 15 nov. 2024b. Disponível em: https://www.gov.br/igualdaderacial/pt-br/assuntos/copy2_of_noticias/governo-federal-lanca-o-ods-18-201cigualdade-etnico-racial201d-em-evento-paralelo-do-g20-social. Acesso em: 13 ago. 2025.

GROSFOGUEL, Ramón. Para uma visão decolonial da crise civilizatória e dos paradigmas da esquerda ocidentalizada. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze;

MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSFOGUEL, Ramón. (orgs.). *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2019, p. 55-77.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. *Racismo e antirracismo no Brasil*. São Paulo: Editora 34, 1999.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. *Preconceito e discriminação*. 2. ed. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo/Editora 34, 2004.

HALL, Stuart. *The Fateful Triangle*: Race, Ethnicity, Nation. Cambridge: Harvard University Press, 2017.

HERNÁNDEZ, Tanya Katerí. *Subordinação racial no Brasil e na América Latina*: o papel do Estado, o Direito Costumeiro e a Nova Resposta dos Direitos Civis. Salvador: EDUFBA, 2017.

HONORATO, Cláudio de Paula. *Valongo*: o mercado de escravos do Rio de Janeiro, 1758-1831. 2008. 166 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. *A conta do desmonte*: balanço do orçamento geral da União 2021. Brasília: Inesc, 2021. Disponível em: https://inesc.org.br/wp-content/uploads/2022/04/BalancoOrcamento2021-Inesc-1.pdf. Acesso em: 8 ago. 2025.

INTERNATIONAL Day of People of African Descent: PAHO Director calls for the promotion, protection and respect of their rights, including to health. Pan American Health Organization, 29 ago. 2024. Disponível em: https://www.paho.org/en/news/29-8-2024-international-day-people-african-descent-paho-director-calls-promotion-protection. Acesso em: 15 ago. 2025.

INTERNATIONAL Decade for People of African Descent (2015-2024) – Regional Meeting for Latin America and the Caribbean. *Ministério das Relações Exteriores*, 3 dez. 2015. Disponível em: https://www.gov.br/mre/en/contact-us/press-area/press-releases/international-decade-for-people-of-african-descent-2015-2024-regional-meeting-for-latin-america-and-the-caribbean. Acesso em: 17 ago. 2025.

JESUS, Patrícia Gonçalves de *et al*. Ações afirmativas na Lei nº 12.888/2010 e na Década Internacional de Afrodescendente. *Revista Mediação*, v. 17, n. 2, p. 42-55, 2022.

LANÇAMENTO do Plano de Ação do Ministério das Relações Exteriores para o Programa Federal de Ações Afirmativas (Nota à Imprensa nº 583). *Ministério das Relações Exteriores*, 4 dez. 2024b. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/lancamento-do-plano-de-acao-do-ministerio-das-relacoes-exteriores-para-o-programa-federal-de-acoes-afirmativas. Acesso em: 18 ago. 2025.

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. Discurso do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva na abertura da 78ª Assembleia da ONU. *Planalto*, 19 set. 2023. Disponível em: https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2023/discurso-do-presidente-luiz-inacio-lula-da-silva-na-abertura-da-78a-assembleia-da-onu. Acesso em: 14 ago. 2025.

MAGALHÃES, Juracy. XXI Sessão Ordinária da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas. In: CORRÊA, Luiz Felipe de Seixas (org.). *O Brasil nas Nações Unidas 1946-2006*. Brasília: FUNAG, 2007, p. 215-225.

MAIA, Kenia Soares; ZAMORA, Maria Helena Navas. O Brasil e a lógica racial: do branqueamento à produção de subjetividade do racismo. *Psicologia Clínica*, v. 30, n. 2, p. 265-286, 2018.

MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. Lisboa: Antígona, 2014.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. Africa-Led Debate on Debt and Development Financing – G20 IFA Working Group Side Event. *Youtube*, 7 ago. 2024a. 2h20min59seg. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=x7eZDjwuZNg. Acesso em: 24 jun. 2026.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. Africa-Led Debate on Infrastructure – G20 Infrastructure Working Group. *Youtube*, 11 out. 2024b. 1h34min. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=QXGK1-b-bG0. Acesso em: 11 ago. 2025.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Conferência "A nova política externa brasileira", proferida pelo ministro Ernesto Araújo no Ministério das Relações Exteriores do Paraguai – Assunção, 3 de fevereiro de 2020. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/ministro-das-relacoes-exteriores/discursos-mre/ernesto-araujo/conferencia-a-nova-politica-externa-brasileira-proferida-pelo-ministro-ernesto-araujo-no-ministerio-das-relacoes-exteriores-do-paraguai-assuncao-3-de-fevereiro-de-2020. Acesso em: 11 ago. 2025.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Boletim Estatístico Étnico-Racial do Serviço Exterior Brasileiro*. 3. ed. Brasília: MRE, 2024.

NA ETIÓPIA, Lula exalta união entre Brasil e África durante coletiva de imprensa. *Planalto*, 18 fev. 2024. Disponível em: https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2024/02/na-etiopia-lula-exalta-uniao-entre-brasil-e-africa-durante-coletiva-de-imprensa. Acesso em: 17 ago. 2025.

NAÇÕES UNIDAS. Assembleia Geral. *Proclamation of the International Decade for People of African Descent*. A/RES/68/237, 7 fev. 2014. Disponível em: https://docs.un.org/en/A/RES/68/237. Acesso em: 16 ago. 2025.

NAÇÕES UNIDAS. Assembleia Geral. *Proclamation of the Second International Decade for People of African Descent*. A/79/L.25, 79ª sessão, 27 nov. 2024. Disponível em: https://docs.un.org/en/A/79/L.25. Acesso em: 17 ago. 2025.

NAÇÕES UNIDAS. Assembleia Geral. *Resolução da Assembleia Geral 68/237:* Proclamação da Década Internacional de Afrodescendentes (2015–2024). A/68/L.34, 19 dez. 2013. Disponível em: https://decada-afro-onu.org/N1362881_pt-br.pdf. Acesso em: 17 ago. 2025.

NAÇÕES UNIDAS. Declaração e Plano de Ação de Durban (2001). *III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata*. Durban: ONU, 2001. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/150033-declara%C3%A7%C3%A3o-e-plano-de-a%C3%A7%C3%A3o-de-durban-2001. Acesso em: 20 ago. 2025.

NAÇÕES UNIDAS. Assembleia Geral. *Promotion and Protection of the Human Rights and Fundamental Freedoms of Africans and of People of African Descent Against Excessive Use of Force and Other Human Rights Violations by Law Enforcement Officers*. A/HRC/47/53, 47ª sessão, 21 jun. 2021. Disponível em: https://static.poder360.com.br/2021/06/ONU-relatorio-racismo-sistemico-jun-2021.pdf. Acesso em: 3 ago. 2025.

NASCIMENTO, Abdias. *O genocídio do negro brasileiro*: processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

NASCIMENTO, Gabriel. *Racismo linguístico*: os subterrâneos da linguagem e do racismo. Belo Horizonte: Letramento, 2019.

OLIVEIRA, Ananda Vilela da Silva. Exclusão do sujeito negro e a negação de raça na produção acadêmica em Relações Internacionais no Brasil. *Monções*, v. 8, n. 15, p. 366-396, 2019.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de. *Política Externa Brasileira*. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

PIRES, Thula. Legados de Liberdade. *Revista Culturas Jurídicas,* v. 8, n. 20, p. 291-316, 2021.

SILVA, Jorge Luís Terra da. A população negra brasileira e a proteção deficiente de direitos fundamentais. *Revista da AGU*, v. 18, n. 2, p. 215-246, 2019.

SILVA, Karine de Souza. "Esse silêncio todo me atordoa": a surdez e a cegueira seletivas para as dinâmicas raciais nas Relações Internacionais. *Revista de Informação Legislativa*, v. 58, n. 229, p. 37-55, 2021.

SILVA, Karine de Souza. *Calunga grande, o transnacionalismo negro e o Brasil*. Brasília: FUNAG, 2025.

SISTEMA de Promoção de Diversidade e Inclusão do MRE. *Ministério das Relações Exteriores*, 6 out. 2023. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/participacao-social/sistema-de-promocao-de-diversidade-e-inclusao-do-mre. Acesso em: 16 ago. 2025.

SLAVE VOYAGES. Estimates: Trans-Atlantic Slave Trade, [s.d.]. Disponível em: https://www.slavevoyages.org/assessment/estimates. Acesso em: 17 ago. 2025.

SODRÉ, Muniz. *O fascismo de cor*: uma radiografia do racismo nacional. Petrópolis: Vozes, 2023.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de; SANTOS, Ricardo Ventura. O Congresso Universal de Raças, Londres, 1911: contextos, temas e debates. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, v. 7, n. 3, p. 745-760, 2012.

THOMPSON, Debra. Through, Against, and Beyond the Racial State: The Transnational Stratum of Race. In: ANIEVAS, Alexander; MANCHANDA, Nivi; SHILLIAM, Robbie (orgs.). *Race and Racism in International Relations*: Confronting the Global Colour Line. Abingdon: Routledge, 2017, p. 44-61.

TÜRK Welcomes 2nd International Decade for People of African Descent, Calls for Bold Action to Deliver Real Change. *UN Human Rights Office*, 17 dez. 2024. Disponível em: https://www.ohchr.org/en/press-releases/2024/12/turk-welcomes-2nd-international-decade-people-african-descent-calls-bold. Acesso em: 17 ago. 2025.

VIEIRA, Mauro. Discurso do Ministro Mauro Vieira no seminário "Relações Internacionais, Política Externa e Igualdade Racial", proferido pela Secretária-Geral do MRE. *Ministério das Relações Exteriores*, 9 nov. 2023. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/ministro-das-relacoes-exteriores/discursos-mre/mauro-vieira/discurso-do-ministro-mauro-vieira-no-seminario-201crelacoes-internacionais-politica-externa-e-igualdade-racial201d-proferido-pela-secretaria-geral-do-mre. Acesso em: 17 ago. 2025.